

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -



Processo nº 031/2011

Projeto de Lei nº 019/2011

Interessado: Câmara Municipal de Itapevi

Assunto: Altera a redação do Artigo 1º. da Lei nº 2.034, de julho de 2010.

Autores: Luciano de Oliveira Farias (PV), Marcos Ferreira Godoy (PV) e Paulo Rogério de Almeida (PTB)

Artigo 17/11

Lei nº 2074 de 02/05/2011



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -
PROJETO DE LEI N.º 19/2011

Câmara Municipal
de Itapevi
Folha N.º 02

Súmula: "Altera a redação do Artigo 1.º da Lei n.º 2.034, de Julho de 2010".

FAÇO SABER que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica alterada a redação do Artigo 1.º da Lei n.º 2.034, de 22 de julho de 2010, passando-se a dispor com nova redação (NR), senão vejamos:

"Art. 1º - Declara a Associação Paula Elizabete – Itapevi, ligada à Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Montes Claros, utilidade pública."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Marcos Godoy

Vereador "Teco" PV

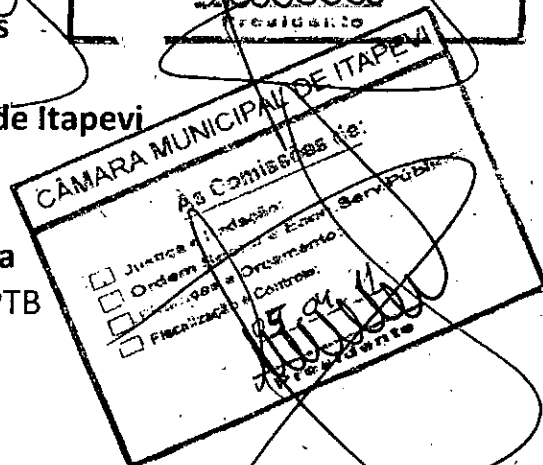
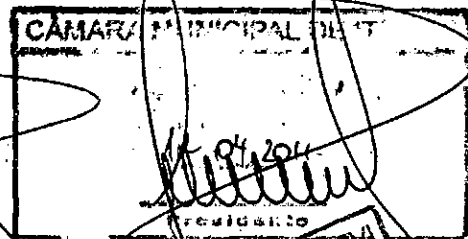
Luciano de Oliveira Farias

Vereador "Bolor" PV

Presidente da Câmara Municipal de Itapevi

Paulo Rogério de Almeida

Vereador "Prof. Paulinho" PTB





CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

JUSTIFICATIVA

Câmara Municipal
de Itapevi
Folha N.º 03

**Senhor Presidente;
Senhores Vereadores,**

Trata-se de Projeto de Lei visando à alteração do Artigo 1.º da lei n.º 2.034 de 2010, onde declarou de utilidade pública a Comunidade Santa Paula Elizabete Cerioli - Itapevi. Toda via, por questões de alteração no estatuto da referida comunidade, a mesma passa-se a dispor com a denominação de Associação Paula Elizabete. Portanto, como a Declaração de Utilidade Pública se deu com outra nomenclatura, propomos esta mudança para não ocorrer eventuais problemas junto à instituição.

Marcos Godoy

Vereador "Teco" PV

Luciano de Oliveira Farias

Vereador "Bolor" PV

Presidente da Câmara Municipal de Itapevi

Paulo Rogério de Almeida

Vereador "Prof. Paulinho" PTB



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI
Estado de São Paulo

LEI N° 2.034, DE 22 DE JULHO DE 2010.

(PROJETO DE LEI DE AUTORIA DOS
VEREADORES, SRS. MARCOS FERREIRA GODOY -
PV, LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS - PV E
PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA - PTB.)

(DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A
COMUNIDADE SANTA PAULA ELIZABETE
CERIOOLI - ITAPEVI.)

DRA. MARIA RUTH BANHOLZER, Prefeita do
Município de Itapevi/SP, no uso das
atribuições que lhe são conferidas por
Lei,

FAZ SABER - que a CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEVI aprovou e ela sanciona e
promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - Declara a Comunidade Santa
Paula Elizabete Cerioli - Itapevi, ligada à Congregação das
Irmãs da Sagrada Família de Montes Claros, de utilidade
pública.

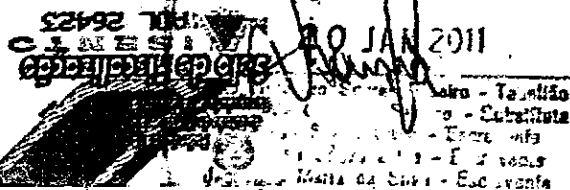
Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na
data da sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi, 22 de julho de 2010.

DRA. MARIA RUTH BANHOLZER
PREFEITA

Publicada, no Diário Oficial do Município de Itapevi e por
afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio,
na Prefeitura do Município de Itapevi, aos 22 de julho de 2010.

DR. VICENTE MARTINS BANDEIRA
SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS INTERNOS E JURÍDICOS



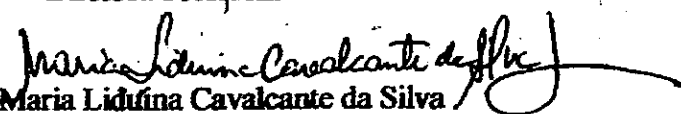
90449 99

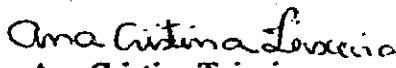
Aparecida Soares Pereira, brasileira, estudante, portadora do CPF: 078.947.026-84, CI/RG: MG 14.122.716, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliada na São Carlos, 40, Todos Santos, Montes Claros - MG; Terceiro Suplente: Janaina Maria de Freitas, brasileira, estudante, portadora do CPF: 080.595.026-54, CI/RG: MG 15.141.238, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliada na Rua Caldas, 306, Vila Cristina, Betim-MG. Ato contínuo, os eleitos foram aplaudidos e cumprimentos, sendo que, em seguida, a Diretora-Presidente reeleita externou a toda a Assembléia seu desejo de profícuo trabalho, com votos de que sejam colhidos bons frutos neste próximo período. Nada mais havendo para tratar e após uma pequena oração, encerrou-se a Assembléia. Logo em seguida, foi lavrada a presente Ata, por mim, Maria Liduina Cavalcante da Silva, que, depois de lida, se aprovada, será por todos os presentes assinada.


DIRETORIA GERAL:


Marina Francisco Gardin
Diretora-Presidente


Ana Maria de Melo
Diretora-Vice Presidente


Maria Liduina Cavalcante da Silva
Diretora-Secretária

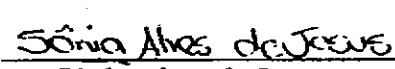

Ana Cristina Teixeira
Diretora-Tesoureira



Maria Fátima de Jesus, brasileira
Diretora-Conselheira


Maria Dias
Diretora-Conselheira

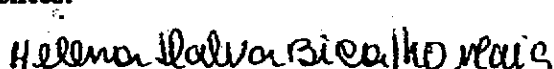
CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS:

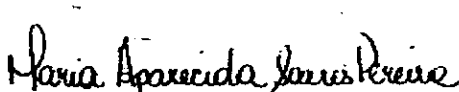

Eurides de Lima
Presidente

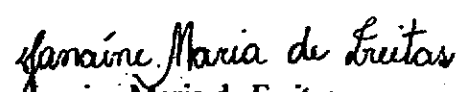

Sônia Alves de Jesus
Vice-Presidente


Josiana Veloso Fonseca
Secretário


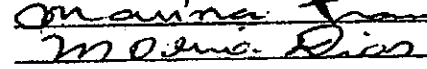
Suplentes:


Helena Dalva Bicalho Maia
Primeiro Suplente


Maria Aparecida Soares Pereira
Segundo Suplente


Janaina Maria de Freitas
Terceiro Suplente

Assinatura dos Associados Presentes:

- 
- 

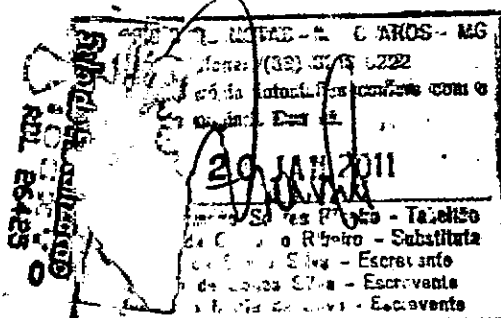
1ª OFICINA DE NOTAS - 1
Telefone: (33) 3
A presente cópia fotostática
documento original. Deu
M. Carlos
MG 20/11/2010
Pelo Livro de S. C. 1
Pelo Livro de S. C. 2
Pelo Livro de S. C. 3
Pelo Livro de S. C. 4
Pelo Livro de S. C. 5
Pelo Livro de S. C. 6
Pelo Livro de S. C. 7
Pelo Livro de S. C. 8
Pelo Livro de S. C. 9
Pelo Livro de S. C. 10

40498 AG

3. Luaneide Bandeira de Lima
4. Sônia Alves de Jesus
5. Sr. Maria Stella Costa
6. Maria Aparecida Soares Pereira
7. Rosa Cristina Teixeira
8. Maria Antonia de Jesus
9. Ana Maria de Melo
10. Helenir Silva de Brito
11. Maria Antônia Cavalcanti de Jesus
12. Sr. Evandro de Lima
13. Jersona Toledo Ferreira
14. Simone Maria de Freitas
15. Maria Rachel Soares
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.

Emolumentos: R\$
Taxa de Fiscalização: R\$
Total: R\$

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIALA Dra. AUDREY CALDEIRA DO CARMO
Rua Gonçalves Figueira, nº 144-A - Centro
Fone: (38) 3221-8314 - MONTES CLAROS - MG
REGISTRADO
Apresentado hoje, protocolado sob nº 40498
do livro 001 e registrado sob o nº 13933
do livro 022
Montes Claros, 04 de dezembro de 2010
OFICIALA



Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Montes Claros
CNPJ: 01.947.440/0001-13 Av. Sagrada Família de Nazaré, 555
Jaraguá II, Montes Claros - MG (38) 3215-3718

90498 A9

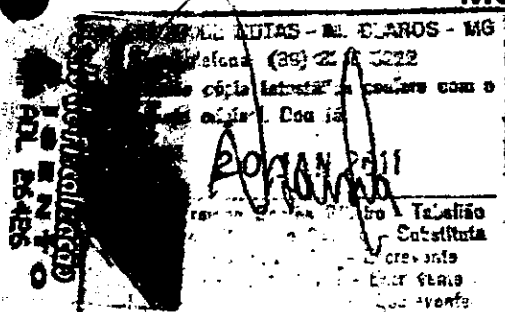
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretora Presidente da Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Montes Claros, atenta ao que dispõe o Estatuto Social da referida Instituição, por este edital, torna pública a convocação de todos os associados para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a se realizar no dia 15 de Outubro de 2010, sexta feira, às 09 horas da manhã, na sede da Congregação, qual seja, Avenida Sagrada Família, 555, bairro Jaraguá II, Montes Claros-MG, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

- 1) Alteração do Estatuto, inclusive, do atual nome da Associação.
- 2) Eleição e posse da Nova Diretoria e do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais.

Nestes termos, requer a afixação do presente edital nos quadros de aviso e na sede social para os seus efeitos legais.

Montes Claros, 06 de Setembro de 2010.



Maria Francisco Gardim
DIRETORA PRESIDENTE



Documentos. RS ☒
Taxa de Fiscalização. RS ☒
Total. RS ☒

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIALA Dra. AUDREY CALDEIRA DO CARMO
Rua Gonçalves Figueira, nº 144-A - Centro
Fone: (38) 3221-8314 - MONTES CLAROS - MG
Protocolado sob o nº 90498 do Livro 89
A 1ª via foi arquivada em 07/12/2010 conforme
averbação à margem do registro nº 1495
do livro 89 datado de 07/12/2010
Montes Claros, 07 de dezembro de 2010
OFICIALA

Montes Claros – MG CEP: 39404-846 (38) 3215-3718 Cx. Postal 52
Utilidade Pública pelo Município, Lei Nº 2.520 de 23 de Outubro de 1997,
Estado Lei Nº 14.374 de 26 de Agosto de 2002, Utilidade Pública Federal pela
portaria n 156, de 21 Fevereiro de 2003 e em conformidade com a lei 12.461
de 07/07/1987. (Processo MJ N.08015.000016/2003-16)

Câmara Municipal
de Itapevi
Folha N.º 09
Posto 52

RECEIVED - MAR 24 1959
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION

REF ID: A66666

Telephone: (618) 332-6592/22

* present single information workers can
be made at least \$1000.

11 MAR 2016

Paulo Gomes Soares Ribeiro

Escuela de Guerra Aérea -

Silence du 1er jour

Signature: _____

Reuniram-se em caráter extraordinário, para fins de reatificação do estatuto votado em assembléia, realizada em 15 de Outubro de 2010 e registrado em 08 de Dezembro de 2010, onde se verificou um erro na sequência numérica dos artigos. O art. 24 do capítulo III, vem seguido pelo art.27 do capítulo IV. Portanto onde se lê no estatuto do dia 15 de Janeiro de 2010, registrado sob. O nº 17956 livro, A-22, protocolo 90499 livro, A-9, artº 24,27 até art 41, passa-se a ler: artº 24,25 até art.39.

Diretora-Presidente -

Diretora Vice-Presidente

Diretora-Tesoureira

Diretora-Secretária

SECRET
A52 05104
SECRET
A52 05103

REGISTRADO

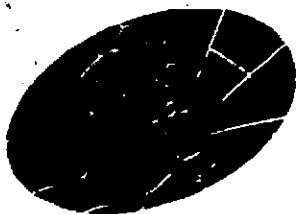
Apresentado hoje, protocolado sob nº 91464
do livro 12 e registrado sob nº 19183
do livro 12
fontes c/aus. [assinatura] de 20/11

Elizabeth

Emoluments: \$2

Teste de Focalização: 100%

Total Rs 100/-



Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Montes Claros
CNPJ: 01.947.440/0001-13 LE Isento
Av. Sagrada Família de Nazaré, 555 Jaraguá II
Montes Claros - MG
(38) 3215-3718 Cx. Postal 52
www.centropaulaelizabete.org.br

Câmara Municipal
de Itapevi
Folha N.º 12

90498 - A9

9

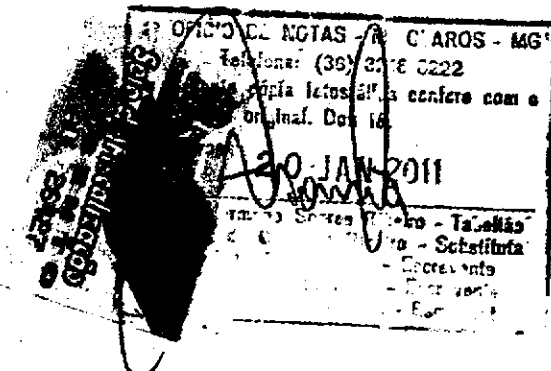
Unidade mantidas pela Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Montes Claros

01 - Centro da Criança e do adolescente Paula Elizabete
CNPJ - 01.947.440.0004-66
Av. Sagrada Família de Nazaré, 555 - Jaraguá II - Montes Claros MG

02 - Comunidade Nossa Senhora das Dores
CNPJ - 01.947.440.0003-85
Rua - Caldas, 306 - Vila Cristina - Betim MG

03 - Comunidade Santa Paula
CNPJ - 01.947.440.0002-02
Rua - Marcos José Santos de Souza, 139 - Chácara Vitóriapolis - Itapevi

Atenciosamente,



Montes Claros, 01 de Dezembro de 2010.



Maria Francisco Gardini
Diretora-Presidente

Documentos R\$ /
Taxa de Fiscalização R\$ /
Total R\$ /

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIALA Dra. AUDREY CALDEIRA DO CARMO
Rua Gonçalves Figueira, nº 144-A - Centro
Fone: (38) 3221-8314 - MONTES CLAROS - MG
Protocolado sob o nº 90498 do Livro A9
A 1ª via foi arquivada em 08/12/2010 conforme
averbação à margem do registro nº 14455
do livro 90498 datado de 08/12/2010
Montes Claros, 02 de Dezembro de 2010.
OFICIALA



CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE MONTES CLAROS

Câmara Municipal

Rua Camilo Prates, 355 - Centro - Montes Claros - MG - CEP: 39.400-002
Estado de Minas Gerais - Brasil - Telefones: (38) 3216-6222 - 3222-8004



Livro: 571 Folha: 006


PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ (EM) ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE E OUTRO(S) NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM todos quantos virem este instrumento público de procuração que, ao(s) 4 (quatro) dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2011 (dois mil e onze) nesta Cidade de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, no Primeiro Ofício de Notas na Rua Camilo Prates, nº 355 - Centro, compareceu(ram) como **Outorgante(s): ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE**, CNPJ nº 01.947.440/0001-13, com sede Avenida Sagrada Família de Nazaré, nº 555, bairro Jaraguá II, CEP 39.404-846, Montes Claros, Minas Gerais, e **ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE FILIAL**, CNPJ nº 01.947.440/0002-02, com sede Rua Marcos José Santos de Souza, nº 139, bairro Jardim Vitória's, Itapevi, São Paulo; neste ato representadas pela Diretora Presidente **MARINA FRANCISCO GARDIM**, brasileiro(a), solteiro(a), maior, teóloga, CI/RG nº 18.037.569-6 SSP/SP, CPF nº 061.309.598-77, residente e domiciliado(a) na Avenida Sagrada Família de Nazaré, nº 555, bairro Jaraguá II, Montes Claros, Minas Gerais; e pela Direta Tesoureira **ANA CRISTINA TEIXEIRA**, brasileiro(a), solteiro(a), maior, professora, CI/RG nº 18.822.327 SSP/SP, CPF nº 080.293.088-33, residente e domiciliado(a) na Avenida Sagrada Família de Nazaré, nº 555, bairro Jaraguá II, Montes Claros, Minas Gerais. Reconheço o(s) presente(s) como o(s) próprio(s) de quem trato, cuja(s) identidade(s) e capacidade jurídica me reporto e dou fé. E, pelo(a-s) outorgante(s) me foi dito que, nomeia(m) e constitui(em) seu(a-s) bastante(s) procurador(a-es): **ANA MARIA DE MELO**, brasileiro(a), solteiro(a), maior, religiosa, CI/RG nº 4.919.614-8 SSP/PR, CPF nº 188.524.508-40, residente e domiciliado(a) na Rua Marcos José Santos Souza, nº 139, bairro Jardim Vitória's, Itapevi, São Paulo; a quem concede poderes amplos e especiais para: I) representá-la junto a pessoas naturais; pessoas jurídicas públicas e particulares; repartições públicas e autárquicas municipais, estaduais e federais; cartórios em geral; prefeituras e onde mais que com esta se apresentar; inclusive em qualquer juízo, instância ou tribunal; podendo para tanto dito(a) procurador(a) preencher e assinar formulários; cumprir e fazer cumprir exigências e formalidades; juntar e retirar documentos; pagar taxas; prestar declarações e informações verbais ou escritas; promover recursos e reclamações; dar e receber quitação; ajustar, aditar, ratificar, retificar, distratar e revogar contratos de qualquer espécie; inclusive com poderes ad judicium; admitir e demitir empregados; II) abrir e movimentar contas-correntes e poupança em quaisquer estabelecimentos bancários onde com esta se apresentar, podendo sacar, depositar, emitir e endossar cheques, requisitar talões de cheques para uso da outorgante, solicitar saldos, extratos, preencher e firmar cadastros, movimentações eletrônicas, e utilizar todos os meios eletrônicos, para melhor cumprimento do mandato, podendo ainda, contrair empréstimos e financiamentos junto a quaisquer agências bancárias desta cidade, solicitar e firmar instrumentos de composição de dívida, efetuar pagamentos; requerer e receber cartões magnéticos, cadastrar senhas e utilizá-las; proceder todas e quaisquer operações bancárias que se fizerem necessárias; III) requerer e assinar o que preciso for e praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato e substabelecer, com ou sem reservas de poderes. Assim o disse(ram) e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram), do que dou fé. dispensada a presença de testemunhas, nos termos do art. 215 da Lei nº 10.406/02, do que dou fé. Eu, Jaqueline Maria da Silva a mandei digitar, a subscrevo e assino em público e raso. (aa) **MARINA FRANCISCO GARDIM**, **ANA CRISTINA TEIXEIRA**, Jaqueline Maria da Silva. Traslada em seguida. Eu, Jaqueline Maria da Silva, Tabelião, determino a expedição do presente traslado, subscrevo e assino em público e raso.

Montes Claros, terça-feira, 8 de fevereiro de 2011

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, atualize o RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.947.440/0002-02	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO		DATA DE 14/09/12
FILIAL	CADASTRAL		
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO PAULA ELIZABETE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COMUNIDADE SANTA PAULA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA			
LOGRADOURO R MARCOS JOSE SANTOS DE SOUZA	NÚMERO 139	COMPLEMENTO	
CEP 06.693-480	BARRIO/DISTRITO CHACARA VITAPOLIS	MUNICÍPIO ITAPEVI	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITL 14/09/2009
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia 20/01/2011 às 13:43:07 (data e hora de Brasília).

Voltar Preparar Página

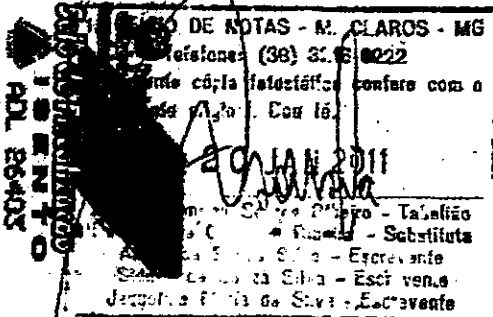
ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE

CNPJ/MF 01.947.440/0001-13

Av. Sagrada Família de Nazaré, 555, Bairro Jaraguá II

CEP 39404-846, Montes Claros - MG

90499 13
7566
Câmara Municipal
de Itapevi
Folha N.º 13



ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE

CAPÍTULO I

Art. 1º - A Associação Paula Elizabete, aqui denominada simplesmente APE, fundada em 19 de junho de 1997, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, é uma associação sem fins econômicos e de caráter beneficente, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 01.947.440/0001-13, e está organizada de conformidade com a legislação vigente no Brasil e com o presente Estatuto.

Parágrafo Único - A APE tem por finalidade a assistência Social, promoção humana, podendo criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem estas finalidades.

Art. 2º - A APE, mediante convênio escrito, pode colaborar para existência e funcionamento de instituições cujas atividades se enquadrem nas suas finalidades estatutárias, mesmo que pertençam a outras pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aos poderes públicos.

Art. 3º - A APE pode fundar novas Unidades, encerrar as atividades de Unidades existentes, alterar os seus nomes e as atividades, observada a legislação em vigor.

Parágrafo Único - A APE pode atuar em todas as atividades de assistência social.

Art. 4º A APE tem sede na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Sagrada Família de Nazaré, nº. 555, Bairro Jaraguá II, CEP 39404-846.

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS: SEUS DIREITOS, OBRIGAÇÕES, ADMISSÃO E EXCLUSÃO

Art. 5º - São associados, sem limite de número, os que forem admitidos pela Assembleia Geral, por apresentação da Diretoria Geral, em conformidade com este Estatuto e devidamente registrados no Livro de Associados.

§1º Para admissão no quadro social, a pessoa deverá formular solicitação por escrito ao Diretor-Presidente que em conjunto com a Diretoria Geral analisará se a solicitação está de acordo com os propósitos sociais da Associação.

§2º A admissão de novos associados será aprovada pela Assembleia Geral, por deliberação da maioria dos presentes, em conformidade com este Estatuto.

§3º A renúncia à condição de associado torna-se eficaz desde o momento em que ele entregar a comunicação por escrito à Diretoria Geral da APE.

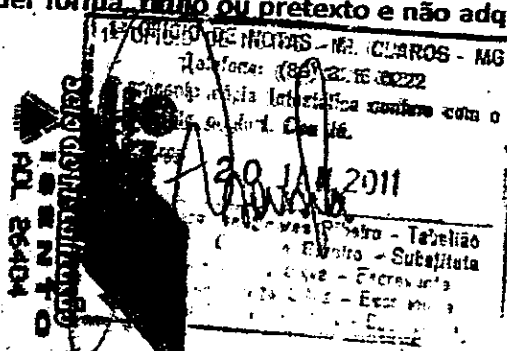
§4º No caso de justa causa ou motivo grave, conforme deliberação fundamentada da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral, qualquer associado poderá ser excluído da APE, sem notificação prévia, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

§5º Da decisão da Assembleia Geral, que determinar a exclusão do associado, caberá, na forma da Lei 10.406/2002, recurso a própria Assembleia Geral, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 6º - Todos os associados gozam de plena voz ativa e passiva dentro dos limites previstos neste Estatuto ou por deliberação em assembleia, sendo-lhes assegurados ainda os seguintes direitos: (1) sugerir e apresentar à Diretoria Geral medidas ou assuntos que julguem de interesse da APE; e (2) comparecer e votar nas reuniões dos órgãos estatutários de que participem.

Art. 7º - São obrigações dos associados, entre outras: (1) colaborar na realização dos fins específicos da APE; (2) manter conduta compatível com os objetivos sociais da mesma; (3) respeitar e cumprir este Estatuto, assim como as normas e decisões emanadas da Assembleia Geral e da Diretoria Geral; (4) zelar para que os bens sociais e materiais estejam sempre a serviço dos objetivos da APE.

Art. 8º - A nenhum associado ou seu herdeiro caberá o direito de pleitear ou reclamar ordenados, gratificações, recompensas, direitos ou indenizações, restituições, subsídios, sob qualquer forma, título ou pretexto e não adquire direito algum sobre os bens da Associação.



Parágrafo Único – Os associados, caso se retirem ou sejam excluídos, nada podem exigir, como retribuição pelo tempo que permaneceram na APE, nem pelo trabalho realizado dentro e/ou fora das suas unidades.

Art. 9º - Os associados não têm vínculo empregatício com a APE.

Parágrafo Único: A APE garante aos associados a sua manutenção e subsistência.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 – São órgãos da Administração da APE:

- a) A Assembléia Geral;
- b) A Diretoria Geral;
- c) O Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscal – CAEF.

SEÇÃO I – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 11 – São membros da Assembléia Geral todos os associados inscritos no livro de registro de associados.

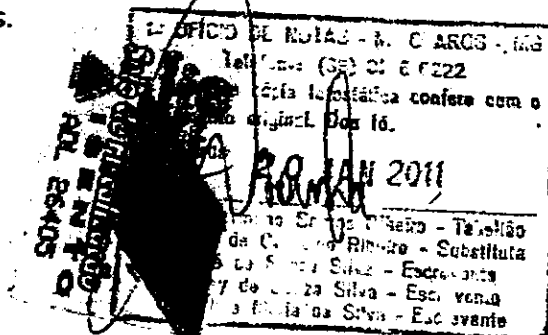
Art. 12 – A Assembléia Geral, órgão soberano da APE, reúne-se ordinariamente a cada ano e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor-Presidente ou sob requerimento:

- I. Da maioria absoluta dos membros da Diretoria Geral;
- II. De 1/5 (um quinto) dos Associados.

§1º A Assembléia Geral será convocada por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para sua realização, mediante ofício entregue pessoalmente a cada associado ou enviado pelo correio com aviso de recebimento, sendo que, o aviso de convocação da assembléia deve indicar, no mínimo, a ordem do dia, a data, hora e local em que a assembléia irá realizar-se.

§2º Ficam dispensadas as formalidades de convocação no caso da presença da totalidade dos associados.

Art. 13 - A Assembléia Geral reúne-se, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros e delibera, em ambos os casos, por maioria simples de votos dos presentes.



Parágrafo Único – Nas decisões da Assembléia Geral, o voto deve ser dado pessoal e individualmente pelos vogais, sendo vedado acumular, em uma só pessoa, o voto de outros vogais.

Art. 14 – Compete à Assembléia Geral:

- I. Aprovar o regulamento de seu funcionamento;
- II. Eleger e exonerar a Diretoria Geral, exigindo-se para a exoneração o voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes;
- III. Eleger o Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscal;
- IV. Admitir e excluir Associados;
- V. Apreciar e aprovar o Relatório Geral de Atividades e o Balanço Anual do exercício findo;
- VI. Reformar, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, o presente Estatuto, por proposta da Diretoria Geral;

VII. Decidir, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, a dissolução da APE.

SEÇÃO II – DA DIRETORIA GERAL

Art. 15 – A Diretoria Geral é composta de um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor-Secretário, Um Diretor-Tesoureiro e dois Diretores Conselheiros eleitos entre os associados.

§1º – O Diretor-Presidente, o Diretor Vice-Presidente, o Diretor-Secretário, o Diretor-Tesoureiro e os Diretores-Conselheiros terão mandatos de quatro anos e poderão ser reeleitos somente por dois quadriênios sucessivos e sem limites por quadriênios alternados.

§2º – Os membros da Diretoria Geral são eleitos separadamente pela Assembléia Geral para os respectivos cargos.

§3º – No caso de afastamento definitivo, qualquer que seja o motivo, do Diretor Vice-Presidente, do Diretor-Secretário, do Diretor-Tesoureiro, ou de quaisquer dos Diretores Conselheiros, estes serão substituídos por suplentes eleitos pela Assembléia Geral que os elegeram.

Art. 16 – A Diretoria Geral reúne-se, ordinariamente, a cada quadrimestre e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor Presidente, por iniciativa própria ou por solicitação da maioria de seus membros. Funciona legalmente com a maioria absoluta de seus membros e delibera por maioria simples de votos dos presentes.

Art. 17 – Compete à Diretoria Geral:

- I. Dirigir a APE de acordo com o presente Estatuto;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as decisões das Assembléias Gerais;
- III. Encaminhar à Assembléia Geral, os pedidos de admissão ou exclusão de associados;
- IV. Criar cargos, funções, órgãos e comissões, nomear os titulares e definir as respectivas competências;
- V. Propor à Assembléia Geral a reforma deste Estatuto;
- VI. Estabelecer o Regimento Interno da APE, se necessário;
- VII. Indicar pessoas para nomeação e exoneração, a qualquer tempo, para as Diretorias das Unidades Mantidas, e definir as respectivas competências;
- VIII. Decidir sobre a fundação de novas Unidades Mantidas, a modificação ou a extinção de qualquer uma já existente;
- IX. Aprovar, se necessário, Regimento Interno das Unidades Mantidas, respeitada a legislação específica e preservando a filosofia da instituição;
- X. Decidir sobre a aquisição, oneração e alienação dos bens imóveis da APE;
- XI. Apreciar e aprovar os Balancetes Financeiros mensais da APE;
- XII. Apresentar o Relatório Geral das Atividades e o Balanço Anual;
- XIII. Interpretar os dispositivos estatutários e resolver os casos omissos, de conformidade com as leis específicas que regem o assunto.

Art. 18 – Compete ao Diretor-Presidente:

- I. Convocar e presidir a Assembléia Geral, bem como as reuniões da Diretoria Geral;
- II. Promulgar as decisões da Assembléia Geral e da Diretoria Geral;
- III. Representar a APE, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em suas relações com terceiros;
- IV. Nomear e exonerar a qualquer tempo, os membros das Diretorias das Unidades Mantidas;
- V. Gerir a administração ordinária;
- VI. Firmar, por si ou por seus procuradores, contratos, convênios ou outros compromissos entre a APE e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- VII. Constituir advogados ou mandatários, conferindo-lhes os poderes que julgar necessários, inclusive os especiais para representar a APE nos atos de sua estrita competência;
- VIII. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, bem como emitir e endossar cheques e ordens bancárias, assinando-os conjuntamente com o Diretor-Tesoureiro ou outros procuradores constituídos, em nome da APE;

1º OFÍCIO DE NOTAS - R. C. ARCO
Telefone: (35) 321 6202
Conta Corrente: 100.000.000 - Agência: 1000
Banco: 001 - Dig. 16.
20 JAN 2011
Selo do Conselho
Nº 20407

- IX. Receber, em nome da APE, por si ou por seus procuradores devidamente constituídos, doações de pessoas físicas ou jurídicas, bem como verbas de entidades públicas, nacionais e/ou internacionais;
- X. Adquirir, alienar ou onerar, por si ou por seus procuradores, bens imóveis da APE mediante aprovação da Diretoria Geral;
- XI. Exercer o voto de desempate.

Art. 19 – Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- I. Auxiliar o Diretor-Presidente no exercício de suas funções;
- II. Substituí-lo em casos de ausência;
- III. Desempenhar os encargos que lhe forem cometidos pelo Diretor-Presidente ou pela Assembléia Geral.

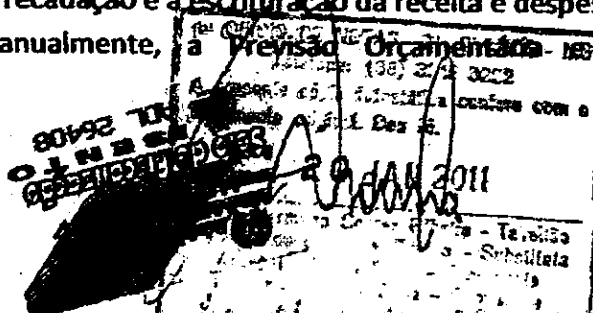
Parágrafo único – Em caso de morte ou renúncia do Diretor-Presidente, o Diretor Vice-Presidente assumirá o cargo e, no prazo de seis meses, convocará a Assembléia Geral para eleger nova Diretoria.

Art. 20 – Compete ao Diretor-Secretário:

- I. Manter em ordem e atualizados os arquivos da APE;
- II. Administrar os serviços da Secretaria;
- III. Lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- IV. Zelar pela observância da legislação, no tocante a tudo que se refere à APE;
- V. Exercer o cargo de Diretor-Presidente nas ausências simultâneas do Diretor-Presidente e do Diretor Vice-Presidente, cumulativamente com as suas funções.

Art. 21 – Compete ao Diretor-Tesoureiro:

- I. Zelar pelo equilíbrio financeiro e pelo registro da parte contábil da APE;
- II. Levar à Diretoria Geral, para a devida apretiação e oportuna aprovação, assuntos de natureza econômico-financeira de interesse da APE;
- III. Assinar cheques e pagamentos eletrônicos em nome da APE, conjuntamente com o Diretor-Presidente ou com outro procurador devidamente constituído pelo Diretor-Presidente;
- IV. Ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais e os valores sociais da APE, acompanhando a locação, cessão ou demais destinações que forem dadas aos bens móveis e imóveis desta instituição;
- V. Promover a arrecadação e a escrituração da receita e despesa;
- VI. Apresentar, anualmente, a **Previsão Orçamentária** e o **Balanco Consolidado**;



- VII. Gerenciar as atividades administrativas, econômicas e financeiras;
- VIII. Executar, por si mesmo ou através de auxiliares devidamente credenciados, as construções e reformas das Unidades Mantidas;
- IX. Apresentar à Diretoria Geral os balancetes das Unidades Mantidas.

Parágrafo único – Por deliberação do Diretor-Presidente, os cheques poderão ser assinados por dois procuradores devidamente constituídos.

Art. 22 – Compete aos Diretores-Conselheiros realizar as atribuições que lhes forem cometidas pela Assembléia Geral, pela Diretoria Geral ou pelo Diretor-Presidente, conforme estabelecido no Regimento Interno da APE.

SEÇÃO III – DO CONSELHO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL

Art. 23 – O Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscal é composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes eleitos pela Assembléia Geral, dentre os associados.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscal coincide com o dos membros da Diretoria Geral.

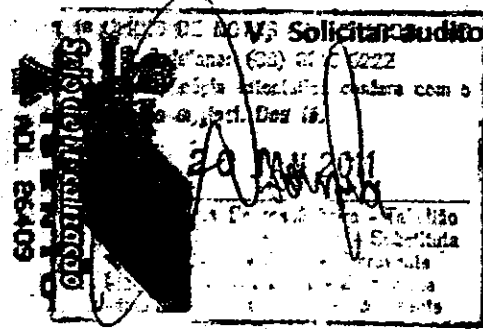
§ 2º - Em caso de impedimento de um membro efetivo deste Conselho, assumirá a função um dos suplentes obedecida a ordem de votação dos mesmos na Assembléia Geral.

§ 3º - O Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscal terá um presidente, um vice presidente e um secretário eleitos pelos que o integram.

Art. 24 – Compete ao Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da APE;
- II. Examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor-Tesoureiro, opinando a respeito através de parecer;
- III. Apreciar os balanços e inventários que acompanham o Relatório e o Balanço Anual da APE, emitindo parecer;
- IV. Emitir parecer, por escrito, sobre o Balanço Consolidado e o Relatório das Atividades do exercício findo, bem como o plano de Atividades e Previsão Orçamentária para o exercício seguinte, encaminhando-os à aprovação da Assembléia Geral;

Solicitar auditoria externa, sempre que julgar necessário.



Parágrafo único – O Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscal reúne-se ordinariamente a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO IV

DAS UNIDADES MANTIDAS

Art. 27 – As Unidades Mantidas pela APE compreendem obras sociais, comunidades de associados, casas de formação e outras iniciativas devidamente aprovadas.

Parágrafo único – As Unidades Mantidas existentes até a data de assinatura deste instrumento estão relacionadas no anexo de Regimento Interno.

Art. 28 – Todas as Unidades Mantidas, incluindo as novas que se criarem, regem-se pelo presente Estatuto e pelo Regime Interno da APE, compoindo uma única associação de fins não econômicos e possuindo o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único – As contas bancárias de cada Unidade Mantida são registradas em nome da ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE ou APE, seguidas da denominação histórica ou do nome fantasia de cada unidade.

Ar. 29 – Cada Unidade Mantida é dirigida por um (a) Diretor (a), nomeado (a) pelo Diretor-Presidente.

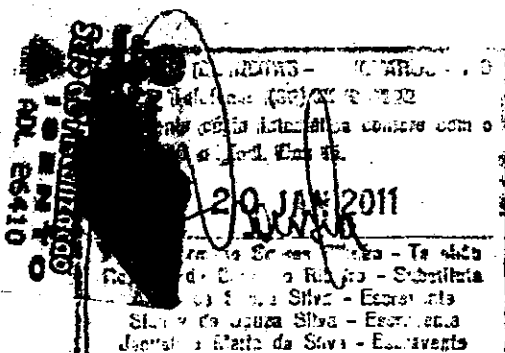
Art. 30 – Cada Unidade Mantida deve submeter à Diretoria Geral, anualmente, o orçamento da Unidade, para a devida apreciação e aprovação, prestando contas de sua gestão à Diretoria Geral da APE.

Art. 31 – A APE não responde pelos compromissos assumidos pela Direção das Unidades Mantidas, a não ser nos casos em que expressamente tenha declarado fazê-lo, mediante instrumento idôneo, na forma da lei.

Art. 32 Os resultados financeiros apurados pelas Unidades Mantidas pertencem à APE, que os contabilizará em sua Administração, atendendo aos objetivos estatutários.

CAPÍTULO V

DÓ PATRIMÔNIO



Art. 33 – O patrimônio social da APE, fonte de recursos para sua manutenção, é constituído de:

- I. Todos os bens, direitos e obrigações atualmente existentes;
- II. Donativos e legados que receber de benfeitores;
- III. Rendas provenientes de seus bens e serviços;
- IV. Subvenções dos poderes públicos municipal, estadual, do Distrito Federal e federal;
- V. Bens móveis e imóveis próprios e de todas as Unidades Mantidas que possuem ou venham a possuir, criar ou incorporar;
- VI. Outras receitas provenientes de venda de seus bens e serviços.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 – O exercício do ano civil tem início à 1ª de janeiro e termina no dia 31 de dezembro.

Art. 35 – Os membros da Assembléia Geral, da Diretoria Geral, das Diretorias das Unidades Mantidas e os associados não respondem, nem solidária nem subsidiariamente, pelas obrigações da APE, salvo se contraídas com inobservância do presente Estatuto.

Art. 36 – É expressamente vedado ao Diretor-Presidente, bem como a qualquer outro membro da Assembléia Geral, da Diretoria Geral, das Diretorias das Unidades Mantidas e aos associados conceder empréstimos, avais e endossos de favor em nome da APE ou em nome das Unidades Mantidas por ela.

Art. 37 – Para atingir os seus objetivos e desenvolver as suas atividades, a APE, cumprindo as determinações contidas no Artigo 14, do Código Tributário Nacional – CTN:

- I. Não remunera os membros da Diretoria Geral nem os seus associados;
- II. Não distribui lucros, dividendos, bonificações ou vantagem de qualquer espécie, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- III. Aplica os seus recursos integralmente no país para a consecução de seus objetivos institucionais e emprega o superávit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no desenvolvimento de suas finalidades;
- IV. Não faz qualquer distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, credo político ou religioso ou qualquer outra forma de discriminação, em consonância com a Constituição do País;

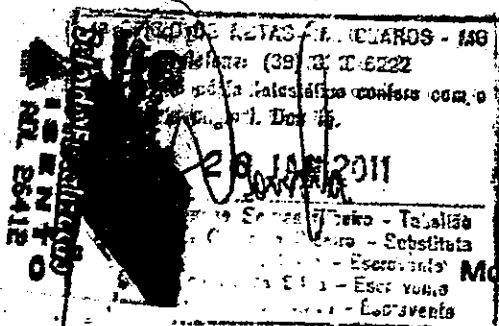
- V. Aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;
- VI. Presta, também, serviços beneficentes gratuitos, permanentes e sem qualquer competente.
- VII. Mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Art. 38 – A APE empenha-se na formação e qualificação do pessoal necessário para os fins de manutenção e ampliação dos serviços que presta.

Art. 39 – A APE tem prazo de duração indeterminado, e encerrará suas funções quando não mais puder levar a efeito as suas finalidades ou por deliberação da Assembléia Geral, convocada extraordinariamente para este fim, com votação favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 40 - Em caso de dissolução da APE, o seu patrimônio, respeitados os direitos de terceiros e as doações condicionais, será destinado à outra instituição congênere definida pela Assembléia Geral, ou a Órgão Público.

Art. 41 – O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro em Cartório, cessando na mesma data a vigência do Estatuto anterior.



Montes Claros, 15 de Outubro de 2010.

[Handwritten Signature]
Mariana Priscilla Jardim
Diretora-Presidente



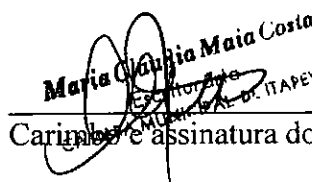
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIALA Dra. AUDREY CALDEIRA DO CARMO
Rua Gonçalves Figueira, nº 144-A - Centro
Fone: (38) 3221-8314 - MONTES CLAROS - MG
REGISTRADO
Apresentado hoje, protocolado sob o nº 30499
do livro 89 e registrado sob o nº 13956
do livro 872
Montes Claros, 28/10/2010
OFICIALA

Em Reunidos RS
Taxa de Fiscalização RS
Total RS

CERTIDAO

Certifico e dou fé que o presente **PROJETO DE LEI N. 019/2011**, foi autuado e registrado como processo número **031/2011**.

Itapevi, 04 de abril de 2.011.


Maria Cláudia Maia Costa
Escritor(a)
MUNICÍPIO DE ITAPEVI
Carimbo e assinatura do funcionário

AO GABINETE DO PRESIDENTE

Para conhecimento e eventuais determinações.

Itapevi, 04 de abril de 2.011.


Fernando Teodoro Alves
Diretor

À Secretaria

Providenciar a inclusão, para a leitura do **EXPEDIENTE** da Sessão Ordinária, que se realizará no próximo dia 05/04/2011, após o que, deverá ser encaminhado às Comissões competentes.

Itapevi, 04 de abril de 2011


LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS
Presidente

Recebidos na Secretaria. Itapevi, 04 de abril de 2011.

A Sra. Maria Claudia Maia Costa

Para as providências cabíveis.
Itapevi, 04/05/2011.

Fernando Teodoro Alves
Diretor

CERTIDAO.

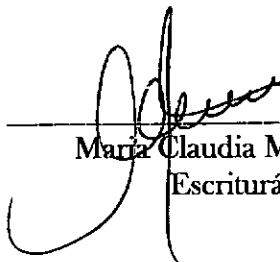
Certifico que, em cumprimento a determinação superior, inclui o presente **PROJETO LEI** no “**EXPEDIENTE**” da Sessão Ordinária a ser realizada no próximo dia 05 de abril de 2011.

Maria Claudia Maia Costa
Escriturário
Maria Claudia Maia Costa
Escriturário

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o presente PROJETO DE LEI,
foi lido no **EXPEDIENTE**.

Itapevi, 05 de abril de 2011.



Maria Claudia Maia Costa
Escriturário

PROJETO DE LEI N 019/2011.

**Para cumprimento ao disposto no Regimento
Interno em vigor, encaminhe-se à comissão
Permanente de Justiça e Redação.**

Itapevi, 05 / 04 / 2011.

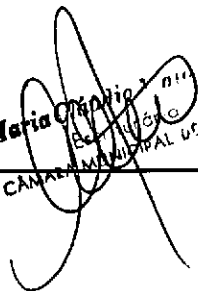


Luciano de Oliveira Farias
Presidente

PROJETO DE LEI N.º 019/2011

À Comissão de Justiça e Redação.

Em cumprimento à determinação superior, encaminho à V. Exas. o presente Projeto de Lei enfatizando, desde já, a necessidade do cumprimento dos prazos regimentais (art. 151, I a III, Reg. Interno)


Maria Cristina
B. M. S.
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

PROJETO DE LEI Nº 019/2011

Fica designado o Vereador e Membro da Comissão de Justiça e Redação, Sr. Igor Soares Hebert, para ser Relator do Presente Projeto de Lei.



Claudio Dutra Barros

Presidente da Comissão de Justiça e Redação



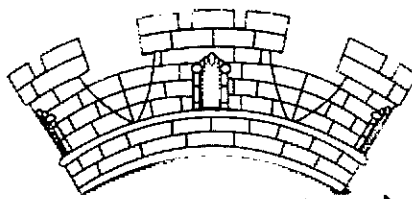
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Câmara Municipal
de Itapevi
Folha N.º 27

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI NUMERO 019/2011, QUE ALTERA O ARTIGO 1º., DA LEI 2.034/10, e declara de utilidade publica a ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE - ITAPEVI.

Excelentíssimo Senhor Presidente:



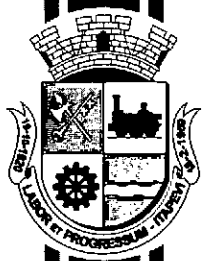
A Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei 019/2011, em cumprimento ao disposto no artigo 59, § 1º., do Regimento Interno desta Casa de Leis, após análise dos aspectos técnicos alusivo ao Projeto de Lei acima referenciado, emite **PARECER FAVORAVEL** conforme razões a seguir:

I - RELATORIO

Trata-se de Projeto de Lei numero 019/2011, de iniciativa dos vereadores Luciano de Oliveira Farias, Marcos Ferreira Godoy e Paulo Rogierio de Almeida, que tem por finalidade alterar a redação do artigo 1º., da Lei n. 2.034 de 22 de julho de 2010, adequando o nome correto da entidade **ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE - ITAPEVI**, que erroneamente ficou constando como Comunidade Santa Paula Elizabete Ceriulli - Itapevi.

A iniciativa encontra respaldo nas regras vigentes e tem por escopo evitar eventuais problemas decorrentes da utilização equivocada do nome da entidade.

II - VOTO



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Câmara Municipal
de Itapevi @
Folha N.º 28

No que tange as atribuições atinentes a esta Comissão - constitucionalidade, competência de iniciativa e demais aspectos técnicos -, não se vislumbra qualquer irregularidade ou ofensa, por vício de iniciativa, as regras preconizadas na Carta Magna.

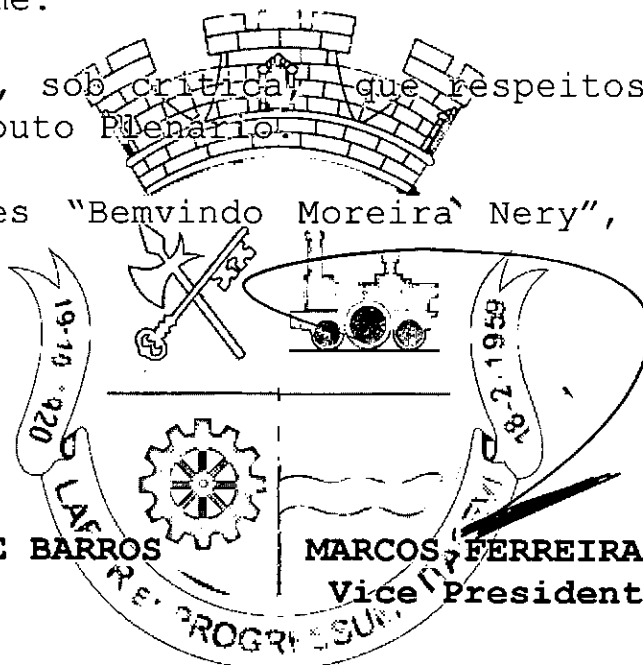
III - DECISÃO

Posto isto, os membros da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO desta Casa, opinam pela LEGALIDADE do projeto, em exame.

É o parecer, sob crítica, que respeitosa-mente submetemos ao Douto Plenário.

Sala das Sessões "Bemvindo Moreira Nery", 12 de abril de 2011.


CLAUDIO DUTRA DE BARROS
Presidente



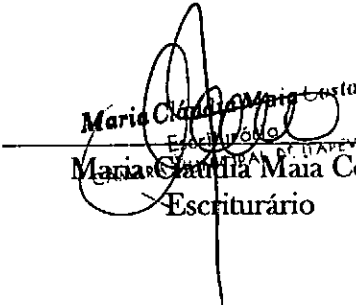
MARCOS FERREIRA GODOY
Vice Presidente


IGOR SOARES EBERT
Relator e relator

CERTIDÃO

Câmara Municipal
de Itapevi @
Folha N.º 22

Certifico e dou fé que o presente PROJETO DE LEI, se encontra em termos para ser submetido ao Plenário.
Itapevi, 12 de abril de 2011.


Maria Cláudia Maia Costa
Escriturário

AO GABINETE DA PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N 019/2011.

Para conhecimento e eventuais determinações.

Itapevi, 12 / abril / 2011.

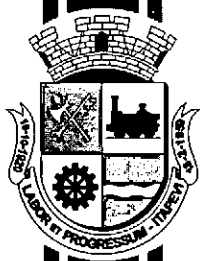

Fernando Teodoro Alves
Diretor de Secretaria

À SECRETARIA

Providenciar a inclusão na ORDEM DO DIA da Sessão Ordinária, que se realizará no próximo dia 12/04/11

Itapevi, 12 de abril de 2011.


LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Câmara Municipal
de Itapevi
Folha N.º 80

VOTAÇÃO NOMINAL

Data: 12/04/2011

DISCUSSÃO: () 1ª - () 2ª - (X) ÚNICA

PROJETO DE LEI

Nº 019, 2011

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº /

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº /

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº /

MOÇÃO

Nº /

REQUERIMENTO

Nº /

VOTO DOS VEREADORES

DISC.

☐

ADILSON PERES

☐

AKDENIS MOHAMAD KOURANI

☐

CLAUDIO DUTRA BARROS

☐

EDUARDO SANCHES CASAGRANDE

☐

FLAUDIO AZEVEDO LIMAS

☐

IGOR SOARES EBERT

☐

JULIO CESAR PORTELA

☐

LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS

☐

MARCOS FERREIRA GODOY

☐

PAULO ROGIÉRIO DE ALMEIDA

☐

ROBERVAL LUIS MENDES DA SILVA

☐

SILAS PINHEIRO DA SILVA

☐

SONIA REGINA DE OLIVEIRA SALVARANI

SIM

NÃO

AUSENTE

JUSTIF.

☒☒☐☒☒☒☒☒☒☒☒☒☒☒☐☐☐☒☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☒☐☐☐

TOTAL DE VOTOS:

12

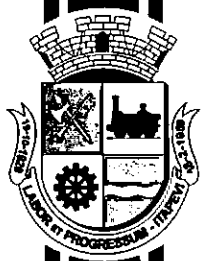
0

1

—



Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Câmara Municipal
de Itapevi
Folha N.º 31

CÓPIA

AUTÓGRAFO N.º 017/2011

Projeto de Lei n.º 019/2011 - Do Legislativo

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando de suas atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei

RECEBI
13/04/2011
Secretaria de Administração
Nathalia Tambora Juhss

AUTORES: LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS (PV),
MARCOS FERREIRA GODOY (PV) E PAULO ROGIERIO
DE ALMEIDA (PTB).

"ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI N.º
2.034, DE 22 DE JULHO DE 2010".

Art. 1º - Fica alterada a redação do Artigo 1º da Lei n.º 2.034, de 22 de julho de 2010, passando-se a dispor com nova redação (NR), senão vejamos:

"Art. 1º - Declara a Associação Paula Elizabeth - Itapevi, ligada à Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Montes Claros, utilidade Pública"

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

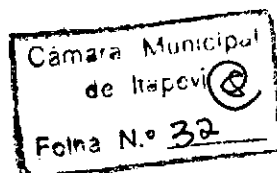
Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itapevi, 12 de abril de 2011.


LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS
Presidente

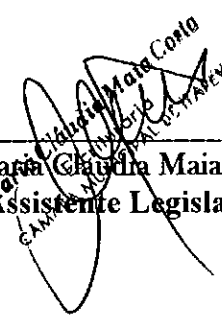

FLAUDIO AZEVEDO LIMA
1º Secretário

CERTIDÃO



Certifico e dou fé que o presente PROJETO DE LEI Nº 019/11, foi aprovado, conforme ficha de votação nominal que ora se junta aos autos.

Itapevi, 12 de abril de 2011.

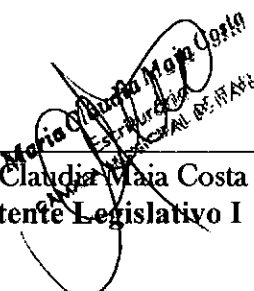


Maria Claudia Maia Costa
Assistente Legislativo I
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

CERTIDÃO

Certifico que foi expedido AUTÓGRAFO Nº 017 referente ao Projeto de Lei nº 019, de autoria do Poder Legislativo, cuja cópia se junta aos autos.

Itapevi, 12 de abril de 2011.

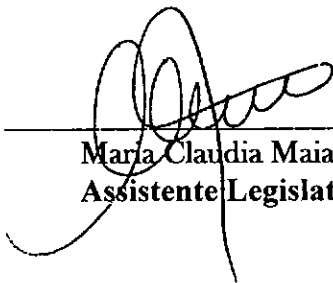


Maria Claudia Maia Costa
Assistente Legislativo I
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

JUNTADA

Junto aos autos a Lei nº 2.074, de 02 de maio, de 2011, referente ao autógrafo supra.

Itapevi, 18 de maio de 2011.



Maria Claudia Maia Costa
Assistente Legislativo I



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI
Estado de São Paulo

LEI Nº 2.074, DE 02 DE MAIO DE 2011.

(PROJETO DE LEI DE AUTORIA DOS VEREADORES, SRS. LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS - PV, MARCOS FERREIRA GODOY - PV E PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA - PTB.)

(ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 2.034, DE 22 DE JULHO DE 2010.)

DRA. MARIA RUTH BANHOLZER, Prefeita do Município de Itapevi/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER - que a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei Nº 2.034, de 22 de julho de 2010, passando-se a dispor com nova redação (NR), senão vejamos:

"Art. 1º - Declara a Associação Paula Elizabete - Itapevi, ligada à Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Montes Claros, de utilidade pública."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi, 02 de maio de 2011.

DRA. MARIA RUTH BANHOLZER
PREFEITA

Publicada, no Diário Oficial do Município de Itapevi e por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, aos 02 de maio de 2011.

DR. JURANDIR SALVARANI
SECRETÁRIO DE GOVERNO